



## **Audição Comissão de Cultura e Comunicação a requerimento do Grupo Parlamentar do PDS**

A crise causada pela Pandemia Covid 19, não foi vivida nas indústrias culturais e criativas da mesma forma.

Não temos dúvidas, que sectores como os festivais, teatros e exibição cinematográfica – só para dar alguns exemplos, - tenham sofrido mais do que a Produção Audiovisual, mas a verdade é que, ainda que de modo distinto, a pandemia impactou fortemente com todas as áreas da Cultura.

No caso da Produção Audiovisual, que aqui represento, e sobretudo no primeiro confinamento, todos parámos. As produções foram suspensas ou adiadas e, de repente, os produtores ficaram sem saber o que fazer. Nesse momento, reinava o medo e incerteza, pelo que a decisão de suspender as gravações foi tomada de imediato. Durante 2 meses, com excepção do entretenimento e day time, estivemos todos sem actividade, tendo muitos associados recorrido ao Lay Off simplificado, de modo a conseguirem assegurar muitos postos de trabalho.

Nesse momento, foi necessário pensar nas regras que seriam necessárias definir e cumprir para podermos regressar. Regras essas que foram estabelecidas em conjunto com o sector e que, por se tratar de uma actividade de muita proximidade física, tiveram de ser muito rígidas e exigentes e, naturalmente, muito dispendiosas.

Para a retoma da actividade, passámos a ter um acréscimo de despesas, não só com álcool gel e máscaras, mas também, por exemplo, com a desinfecção constante do set, dos figurinos, da utilização de maquilhagem e, naturalmente, com uma testagem massiva de todas as equipas, cujos custos estimamos num acréscimo de 20% das despesas de funcionamento.

Mas nestes casos estamos a falar de quem conseguiu voltar a gravar. Houve muitos, sobretudo os produtores de menor dimensão, cujo adiamento de projectos fez perder todo um ano de trabalho que, seguramente, demorarão a recuperar.

O mesmo quanto às coproduções. A maioria parou mais tempo, precisamente pelas restrições de viagem entre países e o impedimento quanto à circulação de pessoas.

Entretanto, o Ministério da Cultura aprovou apoios específicos para os trabalhadores da cultura e alguns apoios mais genéricos em que as empresas da cultura se integravam, como o *apoiar.pt.*, mas que, ainda assim, se revelaram muito reduzidos, em termos de montantes, face à situação que vivíamos.

De notar que aguardamos, desde Janeiro, para perceber o que será o “*Garantir Cultura*” dirigido ao tecido empresarial, o qual ainda não foi regulamentado. Sabemos que é um apoio à actividade, mas não conhecemos o procedimento que terá de ser seguido, nem o tipo de projectos que serão aceites.

Por todas estas razões, estávamos expectantes face ao *Plano de Recuperação e Resiliência*, até porque o chamado *Plano Costa e Silva* mencionava a importância da cultura nas sociedades modernas e a necessidade de reforçar o apoio aos seus agentes.

Estranhamente, nada ou quase nada, é referido neste plano acerca da cultura, tendo a APIT participado no processo de consulta pública (conforme documento que anexamos), referindo, não só a situação por que passávamos, mas remetendo para a resolução do Parlamento Europeu, que exorta os Estados Membros a utilizarem, pelo menos 2% do valor total do *Plano de Recuperação* nas indústrias culturais e criativas, precisamente por se reconhecer que foram das mais afetadas pela pandemia.

Por isso, propusemos incluir no PRR as seguintes propostas concretas:

- Reforço dos apoios do ICA com novos concursos para apoiar mais obras audiovisuais;
- Reforço da dotação atribuída ao Pic Portugal – Fundo de apoio ao turismo, cinema e audiovisual. Este instrumento de atração de produções para Portugal é extremamente competitivo, mas todos os anos depende da “boa vontade” da Secretaria de Estado do Orçamento para a realização da transferência do seu montante integral, pondo em causa um funcionamento continuado e, sobretudo, a resposta que demoramos a dar a quem pretende vir filmar em Portugal. É algo que ocorre sempre e que se sem pandemia é mau, em contexto de pandemia é bastante mais difícil de gerir;
- Apoiar a capacitação digital e o investimento na digitalização de obras;
- Apoiar o investimento na modernização de infra-estruturas e novos equipamentos;

A ideia destas propostas, centra-se na necessidade de suportar as empresas para que estas recuperem da situação em que se encontram, na medida em que não entendemos um *Plano de Recuperação e Resiliência* que não tenha, em si mesmo, uma estratégia para a cultura, nem a entenda como um sector fundamental para aumento de exportações e consequente internacionalização.

A falta de pensamento estratégico para este sector, continua a ser um problema estrutural do nosso País e que, lamentavelmente, levará décadas a recuperar oportunidades perdidas como a que agora surge com os fundos extraordinários que virão da União Europeia.

Lisboa, 23 de Março 2021

**Susana Gato**  
**Presidente Executiva**



No âmbito da Consulta Pública promovida pelo Governo acerca do Plano de Recuperação e Resiliência, apresentado em 16 de Fevereiro p.p., vem a APIT – Associação de Produtores Independentes de Televisão participar na mesma, através dos comentários que em seguida expomos.

A APIT, desde 1996 que se tem empenhado na defesa dos Produtores Independentes de Televisão, fomentando a criatividade e o talento nacional, bem como a defesa da língua e cultura portuguesa. Para tal, tem realizado [diversos estudos sobre a realidade do sector](#), “promovendo um ambiente seguro, regulado e propício ao desenvolvimento de conteúdos de qualidade com potencial de impactar os públicos nacionais, mas também com a capacidade de viajarem, alcançando públicos internacionais e dinamizando positivamente a economia” (v. *Sumário Executivo Barómetro 2020*).

Tem sido, portanto, objectivo essencial da Associação, fazer crescer e fortalecer esta actividade criativa, absolutamente fundamental para o dia-a-dia das populações, e cuja relevância se acentuou com a crise pandémica que nos obrigou a permanecer em casa. Procurámos assim, mantermo-nos activos na produção de conteúdos que, além de entreter, também informassem aqueles a quem pedíamos #fiqueemcasa.

Para que tal fosse possível, o sector ajustou-se à crise pandémica, tendo investido de forma robusta no estabelecimento de condições que permitissem continuar a desenvolver esta actividade, agora mais essencial que nunca, tendo, conseqüentemente, aumentado, de forma relevante, os seus custos de funcionamento. Essas medidas implicaram, como se compreende, enormes investimentos em condições de segurança até agora não necessárias, como testagem recorrente das equipas, redimensionamento das mesmas, alterações estruturais dos estúdios, bem como de procedimentos até aqui inexistentes, como utilização de máscaras, álcool gel e desinfecção constante do set, entre inúmeras outras necessidades.

Foi por isso, com enorme espanto que ao lermos a proposta do Governo para o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal, não encontramos nenhuma referência de relevo à Cultura ou indústrias criativas. A única menção do documento aparece a propósito das chamadas Agendas/Alianças Mobilizadoras de Reindustrialização, onde não se vislumbra nenhuma acção concreta ou indício de apoio à Cultura.

Tudo isto é ainda mais estranho, quando na “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica para Portugal”, proposta por António Costa e Silva em Julho de 2020, a Cultura se encontrava contemplada com a seguinte introdução na vertente **Cultura, Serviços, Turismo e Comércio**: “A importância do setor da Cultura no funcionamento das sociedades modernas é incontornável, pelas mais-valias e impactos que traz em termos de inovação e criatividade. Existe um conjunto de iniciativas do Governo para lidar com a situação de emergência vivida neste

*setor, que passa pelo apoio aos agentes culturais, e que deve ser reforçado para contemplar os produtores de bens culturais, nas áreas da música, literatura, teatro, cinema e artes plásticas”.*

Portanto, foi proposto reforçar o apoio a esta área e o Governo opta por ignorá-la na proposta agora apresentada.

Acresce ainda, que esta opção do Governo Português é tanto mais grave quando todas as recomendações da UE se dirigem para a necessidade de apoiar o sector cultural e criativo, reconhecendo-o como um dos mais atingidos por esta crise pandémica.

Veja-se, a este propósito o [Discurso do Comissário Breton dirigido ao Comité de Cultura do Parlamento Europeu](#), bem como a [resolução do Parlamento no sentido que os Estados Membros afectem pelo menos 2% da ajuda europeia ao sector cultural e criativo](#).

Não se entende, assim, esta opção do Governo. Se estamos perante um documento que visa definir como vai o País viver nos próximos anos, definindo as estratégias e as reformas estruturais fundamentais para assegurar a saída da crise pandémica, assegurando um futuro viável, como podemos excluir disto a Cultura?

Num momento em que é determinante aumentar os montantes dos concursos promovidos pelo ICA para que a internacionalização dos nossos conteúdos seja possível; em que é essencial reforçar massivamente a dotação do Fundo de Apoio ao Turismo, Cinema e Audiovisual - que tem permitido divulgar o País como cluster de produção, promovendo Portugal e possibilitando atrair investimento internacional e a realização de produções originais portuguesas, feitas em Portugal - é quase inacreditável que tal tenha sido completamente esquecido pelos nossos Governantes, remetendo as indústrias criativas para um segundo plano a que, de todo, não pertencem.

Mais do que um erro estratégico, este é um erro que pagaremos no futuro, na medida em que, seguramente, ficaremos para trás, não só dos EUA, mas também dos Países Europeus que consistentemente aproveitaram esta oportunidade para fazer crescer e reforçar a sua indústria audiovisual.

Em suma, sendo unanimemente reconhecida a importância da Cultura na identidade de um País, bem como o seu contributo para a diversidade cultural europeia, promovendo a coesão social e intercultural e apostando numa europa unida, cabe-nos reconhecer a vulnerabilidade deste sector, devendo os Estados Membros dirigir o seu foco para acções que promovam a sua recuperação.

É através da Cultura que se criam sociedades mais resilientes, fundadas na liberdade de expressão e que se combatem todas as formas de discriminação, racismo e xenofobia.

Trata-se de um sector prioritário, muitíssimo afectado pela Pandemia e que deve ser identificado por todos os Países como crucial para a sua recuperação.

Assim, e no caso específico da Produção Audiovisual, não podemos aceitar um Plano de Recuperação e Resiliência que não seja também dirigido às empresas, na medida em que estas são quem dinamiza a actividade e promove o seu desenvolvimento.

Para tal, propomos concretamente que este Plano inclua:

- Reforço dos apoios do ICA, permitindo que as empresas produzam com orçamentos mais fortes e competitivos, criando, em simultâneo, novos programas dirigidos a apoiar o investimento na digitalização e nas competências digitais;
- Criação de apoios dirigidos ao investimento na modernização de infraestruturas e equipamentos, possibilitando uma ampla melhoria das condições de produção;
- Reforço da dotação atribuída ao Fundo de Apoio ao Turismo, Cinema e Audiovisual, o qual se destina, essencialmente, ao desígnio maior de internacionalizar os nossos conteúdos em todo o mundo.

Um plano de recuperação que não passe por internacionalizar será muito pouco estratégico e, sobretudo, de “vistas curtas”. Não é possível pensar o futuro de um País como Portugal, apostando no seu crescimento, se não expandirmos os nossos conteúdos e não aumentarmos, de forma significativa, as nossas exportações.

Neste sentido e face ao exposto, a APIT apela ao Governo que atenda a estes nossos contributos, repensando o papel fundamental e estruturante que a Cultura tem para que um País realmente o seja.

Melhores cumprimentos,

Susana Gato  
***Presidente Executiva***